

## **A conclusão da Carta de Mato Grosso e os ideários do Brasil moderno**

**Beatriz Jaguaribe**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Bolsista CNPq – Produtividade em Pesquisa 2  
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4696-5831>  
E-mail: [beajaguar@gmail.com](mailto:beajaguar@gmail.com)

**Maria Gabriela Bernardino**

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Doutoranda em História das Ciências e da Saúde  
Bolsista FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz  
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3599-8902>  
E-mail: [mgabernardino@gmail.com](mailto:mgabernardino@gmail.com)

**Resumo:** Neste ensaio, visamos contextualizar a feitura do mapa de Mato Grosso destacando como a imaginação cartográfica dialogou com os ideários da nação. Iniciado sob os auspícios da Comissão Rondon na República Velha, o mapa foi imaginado como um instrumento concreto e simbólico do mote “ordem e progresso”. Durante o autoritário Estado Novo (1937-1945), o mapa fez parte do ideário expansionista da “Marcha para o Oeste”. Finalmente, nos anos 1950, nos estertores do governo democrático de Vargas, o mapa representou a culminação de um projeto nacionalista de uma nação.

315

**Palavras-chave:** Mapa do Mato Grosso; Comissão Rondon; Nação, Imaginários.

### **The conclusion of the Map of Mato Grosso and the ideas of modern Brazil**

**Abstract:** In this essay, we contextualize the making of the map of Mato Grosso by emphasizing how the cartographical imagination engaged with national imagines. Initially undertaken in the context of the Old Republic, the map was imagined as a material and concrete instrument of the motto “order and progress”. During the authoritarian Estado Novo (1937-1945), the map was part of the expansion of frontiers embodied by the “March to the West”. Finally, in the 1950s, at the end of Vargas’ democratic rule, the map represented the culmination of a nationalist project of the nation.

**Keywords:** Map of Mato Grosso; Rondon Commission; Nation; Imaginaries.

**Texto recebido em: 08/03/2019**

**Texto aprovado em: 17/05/2019**

## Introdução



**FIGURA 1**

**Imagem da película: *Conclusão da Carta de Mato Grosso* – 1955**

General Rondon e General Jaguaribe nas dependências da Seção Topográfica da gráfica de Mato Grosso, 1952.

O General. Rondon e o General. Jaguaribe trocam ideias e impressões. No interior das vastas dependências da Seção Topográfica da gráfica de Mato Grosso, os técnicos e topógrafos se esmeram. O General Rondon acompanha os trabalhos e ouve as explicações do General Jaguaribe de Matos, sobre os trabalhos dos cartógrafos, em colocar no mapa, as imensas áreas de terra, verifica os trabalhos incessantes da Comissão Rondon, que resulta nas cartas topográficas. A técnica Charlotte Rosembaum, encarregada da Seção Cinematográfica, reúne os negativos que mostrarão ao mundo, quanto foi feito para se dar ao Brasil uma cartografia perfeita.

Trecho da película *Conclusão da Carta de Mato Grosso* – 1955. Narrado por Marino Netto.

O filme faz parte da película *Epopéia da Comissão Rondon*. Português. Museu do Índio – FUNAI. Pode ser assistido em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GMZq4ryDyjU>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Fonte: Conselho Nacional de Proteção aos Índios. *Conclusão da Carta de Mato Grosso*. Brasil, 1955. 1 Filme: película (5 min. 05 seg.), 35 mm, p&b, 1 rolo.

No breve filme sobre a *Conclusão da Carta de Mato Grosso*, o General Jaguaribe e o Marechal Rondon posam para a câmera como se não estivessem cientes de sua presença. A ressonante voz do locutor empresta um tom ufanista à

narração do filme que enaltece o admirável feito deste empreendimento cartográfico. O intuito é saudar o término da confecção da Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas e visibilizar os feitos da ciência cartográfica brasileira que conseguiu mapear esta imensa região com acurada precisão. Feito para o consumo interno, o filme buscava robustecer o orgulho nacional ao apontar para as plateias brasileiras “os negativos que mostrarão ao mundo” a saga cartográfica brasileira. Como endosso publicitário, o filme pertence a uma longa linhagem de produções que visavam exaltar os feitos associado ao Marechal Rondon. Ele é um dos derradeiros produtos já que é lançado em 1955, durante o governo Café Filho. Entretanto, este empreendimento cartográfico é pouco conhecido no marco das realizações da Comissão Rondon.

Neste ensaio buscamos narrar a saga da feitura do mapa de Mato Grosso explorando, seletivamente, as *circunstâncias político-culturais*, os *ideários nacionais*, e as *representações cartográficas* que moldaram sua fabricação. A confecção do mapa de Mato Grosso foi resultante de uma vasta compilação de esforços que perduraram por décadas. Os agentes desta empreitada vão desde anônimos soldados rasos abrindo clarões na selva até Ministros de sucessivos governos que repassaram verbas para sua feitura. Pese a importância de todos estes agentes, os protagonistas que possibilitaram a realização deste mapa foram o General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, o principal cartógrafo do mapa e o Marechal Rondon, o propulsor desta empreitada. A feitura do mapa de Mato Grosso se converteu em uma saga pessoal na vivência destes dois homens. Nas décadas que durou sua fabricação, o Brasil saiu do regime oligárquico da República Velha, vivenciou o Estado Novo modernizante e autoritário e finalmente, nos anos 1950, assistiu à retomada de poder de Getúlio Vargas que logo seria abreviada com seu suicídio em 1954. Em termos de representação cartográfica, o mapa se inicia ainda com as técnicas de medição existentes na República Velha e é terminado com o auxílio de fotografias aéreas. Sua feitura, portanto, engloba aspectos políticos, simbólicos e materiais. Enquanto mapa revelou um território e sua topografia. Mas este território, por sua vez, era entrevisto pelos diversos anseios, aspirações e projetos de diferentes grupos sociais, etnias indígenas e projetos nacionais de sucessivos governos. Durante sua confecção, os protagonistas de sua feitura iam envelhecendo e acumulando rugas enquanto preenchiam a lisura do papel com os dados topográficos, os rios, as estradas e as estradas. Afora a passagem temporal

que marca seus inventores e o próprio mapa, sua leitura foi adquirindo colorações diversas ao longo das décadas. Este mapa de Mato Grosso que sobrevive nos arquivos já não corresponde mais aos mapas em vigor de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Como objeto material é uma relíquia datada, como objeto simbólico é um arquivo de memória cartográfica, como projeto de nação é um mapa de aspirações de Brasis descartados, realizados e incompletos.

Oficialmente, a campanha pela produção do mapa<sup>1</sup> de Mato Grosso começou em 1917, quando foi criado o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso (SCCMT) a partir dos trabalhos cartográficos realizados pela própria comissão. Mas é somente em 26 de setembro de 1952 que foi publicado o mais extenso trabalho relacionado à popular Comissão Rondon: a Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas. Destacamos que durante o recorte temporal abarcado por esse ensaio o estado de Mato Grosso possuía um território de 1.231.549 km<sup>2</sup>, ou seja, constituía um quinto do território nacional. Correspondia ao atual estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia, fazia fronteira do Brasil com a Bolívia e Paraguai, estava situado em um dos mais escondidos interiores nacionais, com a maioria de suas terras chamadas de sertão, além de possuir uma grande população indígena. Por isso, além de outras dificuldades, cartografar essa imensa região foi uma tarefa que consumiu 35 anos de esforços intermitentes. A confecção do mapa ficou sempre ao encargo do General Jaguaribe Gomes de Mattos que no início de sua feitura ainda era tenente. Evidentemente existiram intervalos de inação onde a feitura do mapa foi arquivada e depois penosamente retomada por meio de novas conjunturas políticas e renovadas verbas. Mesmo na sua completude, a Carta de Mato Grosso de 1952 ainda revelava áreas em branco ditas inexploradas. Mas tantas outras haviam sido mesuradas pelas pegadas da Comissão Rondon e das equipes que obraram na fase final de exploração do território para a conclusão da carta.

Em termos cartográficos, desde o seu princípio, a ideia era realizar uma compilação que tendo por base o mapa de Mato Grosso de Pimento Bueno, ainda do século XIX, visava corrigir possíveis erros mediante a nova coleta de dados da Comissão Rondon. Na longa trajetória de sua confecção, a tensão e as ambivalências entre o desenho do mapa e as medições topográficas e políticas do estado foram sendo sucessivamente encenadas.

A cartografia não somente é uma linguagem codificada que visa representar um território físico traduzindo-o em símbolos e cores; ela também é um desenho

inevitavelmente datado já que a impressão cartográfica é uma petrificação de relevos topográficos e marcos edificadas que são constantemente alterados pela ação humana. Iniciada ainda na República Velha e publicada na metade do século XX, a carta de Mato Grosso foi paulatinamente tecida e teve um acúmulo de correções e ajustes para desenhar a ação móvel do tempo sobre um território em transição. As empreitadas de reconhecimento do território ocorreram, sobretudo, no contexto da República Velha e formaram parte da instalação da vasta malha das linhas telegráficas iniciada no final do século XIX e terminada em 1915. Posteriormente, com as variadas expedições de inspeção de fronteiras e também com as viagens exploratórias de recursos hídricos, Rondon e sua equipe puderam oferecer dados para a confecção dos contornos finais do estado. Rondon, os oficiais, soldados rasos, guias indígenas e sertanistas contribuíram para que as pegadas nas trilhas da selva e as navegações em rios caudalosos fossem transcritas para a linguagem cifrada da cartografia.

Além de sua dimensão física, o mapa se desdobrou em significados múltiplos que espelharam as aspirações de diferentes elites dirigentes e os diversos ideários da nação. Assim o território do Mato Grosso foi mapeado e lido sob os olhos positivistas dos engenheiros militares da República Velha, ele foi invencionado como a fronteira expansionista da nação sob a mirada centralizadora e modernizante do Estado Novo e, finalmente, no contexto dos anos 1950, nos estertores do segundo governo Vargas, o mapa assinalou o coração central do Brasil onde a modernização agrícola e as possíveis demarcações do futuro Parque Indígena do Xingu estavam ambas sendo vislumbradas.

Nos antigos mapas das cartografias renascentistas ibéricas os monstros marinhos, zéfiros bufantes e criaturas fabulosas adornavam os recônditos de um mundo que, todavia, possuía o encanto do prodigioso e do maravilhoso. Tais quimeras foram obliteradas na acepção científica dos mapas modernos que insistiam no empirismo dos fatos e na marcação exata de dados. No mapa moderno do Brasil central confeccionada nas primeiras décadas do século XX, o maravilhoso que despontara ainda nos primeiros mapas do Novo Mundo fora há muito abolido, mas a intenção alegórica persistiu obliquamente apesar da retórica da objetividade científica. Ao dotar aquele território ainda cheio de vazios de um potencial redentor para a consolidação imaginada desta abstração conceitual que é a nação e ao converter o mapa em objeto de culto cívico, os dirigentes governamentais

enfaticamente o poder evocatório da cartografia. Ao invés de prodígios, as marcas da modernização foram reveladas na cicatrização das estradas pelo sertão afora. Ao invés de criaturas fabulosas, os indígenas brasileiros foram metamorfoseados em cidadãos de uma nova redescoberta do Brasil. Ao invés do conquistador português, os agentes do governo republicano despontavam como novos bandeirantes da ação nacional.

### **A Comissão Rondon**

A Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), popularmente conhecida por Comissão Rondon, foi uma tentativa republicana de integração dos “sertões do noroeste” ao “Brasil civilizado”, pois não existiam caminhos terrestres que ligassem as regiões que seriam futuramente exploradas ao Rio de Janeiro, então capital federal. Mas o empreendimento telegráfico era apenas uma das facetas da Comissão Rondon. Os interesses da Comissão sempre foram bem diversos: instalação de rede telegráfica na porção norte do país, integração territorial, reconhecimentos de rios, levantamentos topográficos, correção de mapas, incremento de lavouras, inspeção de fronteiras, análises geológicas, botânicas e zoológicas.

Sobretudo, a fama da Comissão Rondon se consolidou por meio da ampla divulgação de sua política de pacificação das tribos indígenas do Mato Grosso. De fato, o lema encampado pelo General Rondon: “Morrer se preciso for; matar nunca” tornou-se a referência emblemática de sua missão. Esta missão, por sua vez, obteve maior ressonância junto a um público mais amplo mediante a circulação de imagens e narrativas sobre os indígenas e o sertão profundo em conferências, filmes e publicações variadas. O Serviço de Proteção ao Índio foi criado em 1910 tendo como sua justificativa as políticas de pacificação. A incorporação do indígena como parte da “comunidade imaginada” nacional construída a partir da simbologia do estado / nação foi assumindo colorações diversas ao longo do século XX. Na República Velha, a prédica positivista cívica pautada pela crença evolucionista insistia na progressiva incorporação do indígena à nação brasileira. Já no Estado Novo, as narrativas da identidade nacional sendo forjadas incorporavam um indígena genérico como elemento formador da nacionalidade. Finalmente, nos anos 1950, a valorização do indígena como elemento nacional não foi obliterada, mas a

valorização antropológica da diversidade humana permitiu uma guinada para uma nova política de preservação das especificidades culturais das diversas etnias indígenas. As implicações destes imaginários, as repercussões acarretadas pelo regime de tutela e relevância da mão de obra indígena para a construção e manutenção dos postos telegráficos têm sido analisadas em copiosa bibliografia (BIGIO, 2003; DIACON, 2006; LASMAR, 2002; SOUZA LIMA JÚNIOR, 1995; MACIEL, 1998; SÁ; SÁ; LIMA, 2008).

Ao focar a feitura do Mapa de Mato Grosso buscamos explorar um aspecto menos conhecido e discutido da Comissão Rondon. Analisando a saga da feitura da Carta de Mato Grosso ampliamos consideravelmente a contribuição efetivada pela Comissão Rondon para o ideário da construção nacional. Cabe mencionar que, enquanto o árduo empreendimento da instalação telegráfica logo ficou datado devido ao advento da radio transmissão, o mapa de Mato Grosso perdurou por décadas como um referente de precisão cartográfica.

### **O escritório central**

A fama popular granjeada pela Comissão Rondon onde se destacam as imagens épicas de Rondon entre indígenas captadas pela câmera do Major Thomaz Reis, a própria figura de Rondon que foi alçada a um status heroico durante a República Velha e o fascínio com os recônditos de um Brasil desconhecido, todo este imaginário de aventuras, ufanismo nacional e descoberta territorial se deve, em grande parte, aos esforços incessantes do Escritório Central da Comissão Rondon. Em maio de 1910, no centro do Rio de Janeiro, mais precisamente na Rua do Ouvidor, foi inaugurado o Escritório Central da comissão. Segundo o próprio Rondon, o escritório foi criado devido “às enormes dificuldades” políticas, financeiras e geográficas geradas, nos anos 1907 a 1909, pela distância imensa entre as atividades desempenhadas nos recônditos do Brasil e a sede de poder na capital federal.

Para garantir a propagação dos feitos da Comissão Rondon e também para assegurar a possibilidade de obtenção de novas verbas era fundamental que a Comissão tivesse uma base organizativa e publicitária na capital federal. O Rio de Janeiro era o lugar onde as verbas eram captadas, os políticos e seus ministérios

urdiam as tramas do poder e as novidades eram propagadas e avaliadas. Era indispensável que as principais e boas notícias sobre Rondon circulassem por todo o Brasil, começando pelos jornais da capital. O aluguel do prédio era mantido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio<sup>2</sup>, onde também funcionavam dependências desse ministério.

O escritório estava dividido em três seções: Expediente, Contabilidade e Desenho. A Seção de Desenho era chefiada pelo 1º Tenente Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, cuja principal função era a correção cartográfica a partir de esboços enviados dos locais explorados pela Comissão. Jaguaribe tinha como base a Carta de Mato Grosso elaborada por Pimenta Bueno no final do século XIX. Além disso, Jaguaribe e sua equipe eram responsáveis por todo e qualquer serviço relacionados às suas especializações tais como: fiscalização de cadernetas de campo, levantamento de plantas, produção de mapas e já então se comentava sobre a produção de um mapa do estado de Mato Grosso.

As atividades cartográficas empreendidas por Jaguaribe e sua equipe não possuíam a ressonância pública dos empreendimentos de exploração. Retidos no gabinete, pacientemente corrigindo medições e traçando estradas, os cartógrafos da Comissão Rondon tinham uma missão discreta. Entretanto, esta labuta quase invisível se concretizaria na confecção final de cartas e mapas que teriam forte impacto simbólico e material. Enquanto o desenho cartográfico não atiçava a imaginação do grande público, a saga das expedições exploratórias captadas pelas lentes dos fotógrafos das expedições e narradas em conferências galvanizavam as atenções. Nenhuma superou em fama a Expedição Científica Roosevelt-Rondon<sup>3</sup>. Tal exploração produziu um caudaloso repertório. Estampou manchetes de jornais, obteve notoriedade internacional e foi objeto de pesquisas e documentários (MILLARD, 2009). No entanto, o principal objetivo desta expedição era saber se o então denominado Rio da Dúvida era um afluente ou não do Rio Amazonas. A busca pela foz do rio coexistiu com as intensas tarefas de compilação de exemplares da flora e fauna brasileira bem como com a interação com as tribos indígenas encontradas no percurso. Mas, o fruto mais persistente desta exploração está registrado no mapa<sup>4</sup>, com quatro metros de comprimento, produzido por Francisco Jaguaribe a partir de esboços enviados por Rondon, atestando que o rio, o qual passou a se chamar Rio Roosevelt, se torna afluente do Rio Aripuanã.

Em 1914, Amílcar Botelho de Magalhães assumiu o lugar de chefe-geral do escritório central que, àquela altura, já funcionava nas dependências do Ministério



da Agricultura, também no centro do Rio de Janeiro. Amílcar Botelho era assistente de Rondon desde 1908 e no escritório atuava como uma espécie de “assessor de imprensa” da comissão. Neste ano foi criado um novo departamento: a seção de fotografia, chefiada por Thomaz Reis.

Em 1915, a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas foi extinta, mas alguns serviços e ideais diretamente ligados ao material coletado pela comissão continuaram vigentes, um deles foi a ideia da confecção de um mapa para o estado de Mato Grosso.

### **Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso: disputas e influências cartográficas**

Em 1917, o governador de Mato Grosso, Caetano Manuel de Faria e Albuquerque encomenda para Rondon uma carta do estado. Mediante este pedido foi institucionalizado o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso. Francisco Jaguaribe foi convocado para assumir a chefia do órgão.

A partir de 1915, a Comissão Rondon passava por uma grande escassez de recursos. Buscavam conseguir capital para manter os postos telegráficos instalados e, ainda, financiar expedições aos rios do estado de Mato Grosso a fim de produzir informações cartográficas adequadas e verificar a navegabilidade dos mesmos.

Constada, no início do século XX, a defasagem do exército e a premente necessidade de reformulação do mesmo, a cartografia militar brasileira também passou por um momento de reajuste: Alemanha e França se lançaram na disputa sobre qual desses países deveria servir de modelo para as forças armadas no Brasil.

Dada seu prestígio cultural e sua força política, a França se impôs nesta contenda e o Brasil recebeu a Missão Militar Francesa liderada pelo General Gamelin. Entretanto, este predomínio francês não foi abalizado no setor cartográfico militar: o Major Alfredo Vidal mantinha correspondências com a Casa Zeiss em Viena e nutria um enorme interesse pela estereofotogrametria, um método de mapeamento pouquíssimo conhecido no Brasil. Sob o financiamento do prefeito Bento Ribeiro (também militar), Vidal conseguiu fundar o Serviço Geográfico Militar que era adepto do método austríaco e tinha por principal objetivo unir as duas outras agências cartográficas militares da época: Comissão da Carta Geral do Brasil

e Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, ambas adeptas ao modelo francês e apoiadas por este exército.

A nova instituição (Serviço Geográfico Militar) ganhou mais notoriedade quando conseguiu, após seguidos esforços, trazer ao Brasil um grupo de engenheiros-geógrafos e técnicos em cartografia do Instituto Geográfico Militar de Viena, depois da derrota do Império Austro-Húngaro na Primeira Grande Guerra. A chamada “Missão Austríaca”, chefiada pelo Barão Arthur Von Hubl e composta por mais dez profissionais<sup>5</sup>, chegou ao Brasil em 14 de outubro de 1920. O objetivo da missão era especializar os engenheiros-geógrafos brasileiros nas técnicas estereofotogramétricas então em voga, ministradas pelos técnicos austríacos.

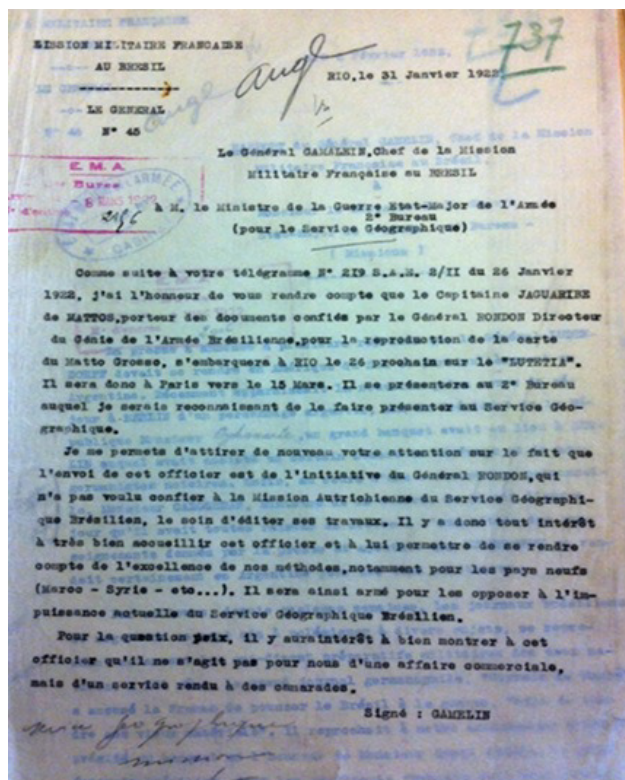


FIGURA 2

**Referência: Code 7N3391, EMA/2, Brésil, 1918-1940, Mission Gamelin, 1914-1925, 13391. Service Historique de la Défense, Château de Vincennes**

No caso particular da confecção da Carta de Mato Grosso, a disputa interpretativa sobre o método cartográfico refletiu diretamente os embates de controle entre países estrangeiros e suas áreas de influência. Sendo assim, para assegurar o domínio francês o General Gamelin, propôs a Rondon que a Carta fosse impressa nas oficinas do *Service Géographique de l'Armée* – Paris. O convite foi

aceito e em março de 1922, Francisco Jaguaribe foi enviado a Paris com o propósito de finalizar a carta e assegurar sua impressão em alta qualidade. Também é possível averiguar em cartas do General Gamelin ao Ministro da Guerra francês que não se tratava apenas da impressão da carta, o convite era uma forma política de garantir que uma agência militar cartográfica brasileira estivesse sob o domínio francês. As cartas arquivadas no Chateau de Vincennes em Paris nos apresentam o fato:



FIGURA 3

**Recorte de Jornal Bresilienne, Politique et Littéraire, publicado em francês por brasileiros em Paris.**

Recorte sobre os trabalhos cartográficos de Francisco Jaguaribe, de 11 de junho de 1926. Bibliothèque Nationale de France

### O mapa, o centenário e a experiência francesa

A vinda de Gamelin ao Brasil possibilitou a ida de Jaguaribe à Paris. Na viagem de 1922 anunciada na carta, Jaguaribe é enviado a França em missão específica: imprimir a carta esquemática de Mato Grosso para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil em 1922.

A Exposição do Centenário ocorre em um ano particularmente significativo já que no início de 1922, a vanguarda artística paulista patrocinada pela elite do café fizera a inovadora Semana de Arte Moderna de 1922. Em julho do mesmo ano, os jovens tenentes descontentes com as lentas hierarquias de promoção no exército, as fraudes eleitorais e com a perpetuação do poder oligárquico promovem a revolta no Forte de Copacabana. A Exposição Internacional do Centenário da Independência almejou celebrar o status quo vigente face aos ventos da renovação cultural e aos anseios da classe média urbana de uma maior participação no sistema político do país. (KESSEL, 2001)

A Exposição do Centenário buscava projetar a ideia do Brasil moderno voltado para uma agenda propositiva de futuro embora a nação fosse, todavia, dependente de suas exportações de produtos agrícolas. A preocupação era ajustar os vocabulários estéticos e retóricos do moderno para que este se coadunasse com a ideia de civilidade e modernidade burguesa forjada nos moldes europeus conservadores. No Palácio de Indústrias que exaltava os feitos da nação, a Carta Esquemática do Mato Grosso foi exibida visando realçar a relevância simbólica do mapa. Conforme argumenta Marly Motta (1992), nos anos 1920 havia a desconcertante percepção de que o Brasil – dada sua diversidade regional e sua variedade cultural – não apresentava, efetivamente, os delineamentos de uma cultura nacional sólida.

Tido como um estado esquecido no centrão do Brasil, Mato Grosso não tinha características culturais demarcadas como os estados históricos do nordeste ou os estados mais prósperos do sul e do sudeste do país. Buscando modificar o perfil identitário esmaecido, as elites dirigentes do estado também tinham a preocupação de colocá-lo como território de relevância econômica no bojo das comemorações referentes ao Centenário da Independência do Brasil em 1922.

Neste contexto de celebração patriótica, a Carta Esquemática do Mato Grosso cumpriu um papel duplo. Ao representar uma porção avantajada do território nacional, a Carta compunha o vasto arquivo que detalhava a imensidão territorial e fortalecia o potencial da nação. Ao representar o Mato Grosso sob a ótica dos feitos da Comissão Rondon não somente garantia protagonismo a este estado e aos sertões remotos do Brasil, como também construía a imagética heroica da Comissão e dos seus feitos já que as legendas da Carta apontavam para as realizações da Comissão, o número de escolas inauguradas, tribos indígenas pacificadas, e as estações telegráficas construídas. (BERNARDINO, 2015).

Além de expor a Carta Esquemática do estado de Mato Grosso, a Comissão Rondon teve participação fundamental, embora não mencionada, na apresentação da Carta do Brasil ao Milionésimo, organizada pelo engenheiro Francisco Bhering. O primeiro mapa do Brasil que obedeceu a escala estabelecida para a produção de uma carta do mundo, recorreu aos mapas produzidos pela CR a fim de dar conta de regiões pouco exploradas territorialmente, como Mato Grosso e Amazonas. A Carta do Brasil ao Milionésimo, como é conhecida, foi compilada por vários mapas de diferentes instituições e, assim, como a Carta Esquemática de Mato Grosso tinha por objetivo apresentar o Brasil às nações tidas por civilizadas.

A exibição da Carta Esquemática do Mato Grosso era também a primeira amostra da cooperação entre a Comissão Rondon e o *Sérvice Géographique de L'armée* francês. Em sua primeira viagem em 1922, o propósito da ida de Francisco Jaguaribe se resumia ao encargo de impressão da Carta Esquemática do Mato Grosso para a Exposição Internacional de 1922. Já quando Francisco Jaguaribe volta a embarcar para a França em 1924, sua missão era compilar os múltiplos dados da Carta de Mato Grosso e publicar o resultado final utilizando o parque gráfico do *Sérvice Géographique de L'armée*.

Durante sua prolongada estada na capital francesa, de 1924 até janeiro de 1931, Jaguaribe pesquisou os mapas antigos do Mato Grosso e foi burilando minunciosamente as informações da carta. Retido no seu gabinete, desenhava os contornos topográficos com as novas informações que Rondon lhe enviava de suas expedições. A tarefa era traduzir em dados cartográficos as pegadas e as medições efetuadas por Rondon e sua equipe. A experiência vivencial dos expedicionários se transformava na abstração conceitual do mapa que deveria espelhar um território real. Nota-se, conforme a análise de Souza Lima Junior, que o desenho final da Carta de Mato Grosso privilegiou uma cartografia de palimpsestos já que as trilhas efetuadas por expedicionários anteriores foram representadas. (SOUZA LIMA JUNIOR, 2011, p. 12) A carta final de Jaguaribe retém, portanto, essa espessura histórica.

Do ponto de vista da missão cartográfica, a estada de Francisco Jaguaribe em Paris foi exitosa. Embora tenha ficado alheio as inovações culturais em voga e somente tornou-se membro da *Société de Géographie* em maio de 1930, no último ano de sua estada parisiense.

Ex-aluno da Escola de Belas Artes onde recebeu uma medalha de ouro pelas suas pinturas, Jaguaribe se identificava com a pintura impressionista e também com a pintura de moldes clássicos encampada pela academia. Coerente com sua formação positivista, Jaguaribe privilegiava o fazer artístico como uma tarefa de exaltação do belo. Sua habilidade artística influenciou a feitura do mapa por meio da escolha estética de uma harmoniosa palheta de cores e também pela delicada composição dos marcos topográficos.

A volta de Jaguaribe ao Brasil em janeiro de 1931 foi diretamente ocasionada pela eclosão da revolução de 1930. Rompendo a alternância de poder abalizada na República Velha entre as oligarquias rurais de Minas Gerais e São Paulo, a revolução de 1930 também alterou a compreensão sobre a forma de comandar o Brasil enquanto nação. Fiéis aos preceitos da República Velha, Rondon e Jaguaribe são afastados dos seus cargos militares. Jaguaribe é forçado a se exilar em Portugal, uma vez que havia lutado de forma favorável ao estado de São Paulo no embate com o governo federal de Vargas.

Em 1936, Jaguaribe retornou ao exército após elogiosa carta de Rondon com pedido de sua reintegração. Logo após sua chegada, é nomeado consultor técnico do Diretório Regional de Geografia do Estado de Mato Grosso e Presidente da Academia Brasileira de História das Ciências.

### **Contextos dos anos 1939-1945: o retorno**

Com Vargas, principalmente após o golpe que inaugura o Estado Novo em novembro de 1937, o estado emerge como agente central na invenção e coordenação da nacionalidade. Conforme ressaltaram vários pesquisadores, o Estado Novo não ofereceu uma cartilha de doutrinas ou princípios nitidamente delimitados. Entretanto, na disputa pela demarcação do que deveria ser o papel do estado e os ideários da nação houve a constância de alguns conceitos pese as divergências no tocante ao papel da religião e da participação das classes populares. (OLIVEIRA, 1982) A crença na construção do estado centralizador, a aposta no papel relevante a ser desempenhada por uma elite letrada, e a política de cooptação dos setores populares urbanos, embora essa cooptação não implicasse na afirmação de uma democracia participativa, abalizaram a agenda propositiva do regime. O autoritarismo, portanto, se afirma em detrimento da representatividade democrática

participativa. Buscando simbolizar a totalidade da nação, o estado centralizador visou o desmonte do regionalismo federativo embora na prática tivesse que conviver com o poderio das oligarquias rurais. A cerimônia da queima das bandeiras dos estados em 27 de novembro de 1937 simbolizou, cenograficamente, o novo ideário da prédica nacional baseada no líder incontestado e na concentração do poder. A ênfase na única bandeira nacional se coadunava com a celebração do próprio mapa do Brasil, emblema da grandeza da nação.

A despeito desta simbologia pátria em que o mapa desempenhava um papel tão relevante, a feitura do mapa de Mato Grosso em si sofreu um revés considerável. Diferentemente da simbologia da “queima das bandeiras”, o estancamento no processo de feitura do mapa de Mato Grosso não foi ocasionado pelo desejo de apagamento dos mapas regionais ou estaduais. Afinal, o detalhamento cartográfico das distintas regiões do Brasil só serviria para potencializar a fabricação exímia do mapa total da nação. O mapa de Mato Grosso cessa de ser executado por motivações políticas pontuais inerentes às dinâmicas dos ajustes de poder republicano naquele momento.

### **Em Marcha para o Oeste: Rondon como pioneiro e o retorno do Serviço da Conclusão da Carta de Mato Grosso**

A *Marcha para o Oeste* foi lançada em 1938, tendo como principal objetivo a integração nacional a fim de consolidar um país politicamente centralizado. Para isso, seria necessária a colonização de terras do território que conhecemos hoje por Centro-Oeste até o Amazonas. A proposta do governo incluía a construção de ferrovias, escolas, hospitais, estradas e aeroportos.

O programa contou com o apoio da imprensa mato-grossense e a do restante do país e obteve grande repercussão graças a máquina publicitária do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que transformou o Oeste em um novo Eldorado (VELLOSO, 1982)

Dentre os heróis possíveis, resgataram a figura de Rondon como um vanguardista na conquista do Oeste. O marechal soube capitanear sua imagem junto aos jornais e soube coadunar-se aos novos ideários da nação. Seguindo as palavras do próprio Rondon:

Achava-me em Letícia, desprovido de qualquer autoridade sobre os meus antigos serviços nas regiões centro-oeste do Brasil, quando fiz um apelo ao meu antigo camarada e novo Ministro da Guerra, Sr. General Eurico Gaspar Dutra, no sentido de designar o Cel. Jaguaribe de Mattos para retomar os antigos trabalhos da Comissão Rondon e Inspeção de Fronteiras. Finalmente, no começo de 1939, pode o meu antigo e dedicado auxiliar assumir encargos mediante os quais todo o rico acervo acumulado e os antigos auxiliares por ele treinados, ficavam a sua disposição para procedimento de longa demanda. Em 1941, era firmado um convênio entre o Ministério da Guerra e o Estado de Mato Grosso, para a ‘Confecção, Impressão e Distribuição da Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas.’<sup>6</sup>

Diante de um novo cenário, tendo como principal transformação o Brasil liderado por Vargas no âmbito do Estado Novo, o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso voltou a funcionar. É importante destacar que, segundo a legislação em vigor na época, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Serviço Geográfico do Exército eram as instituições responsáveis pela cartografia no Brasil. No entanto, a fim de evitar qualquer estranhamento, Teixeira de Freitas, então secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a quem o CNG estava diretamente vinculado, enviou uma carta para Rondon dizendo que naquele momento se ocupavam em fazer uma nova carta para o Brasil e apreciava o que Rondon estava fazendo para o estado de Mato Grosso. Portanto, podemos inferir que Rondon possuía, novamente, estrutura e poder político para dar continuidade aos seus trabalhos de outrora.

Em 1943, o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso foi incorporado ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Tal inserção é altamente relevante ao percebermos que as expedições passam a ter caráter etnográfico e geográfico a fim de levantar dados para a Carta de Mato Grosso.

Aos olhos da elite mato-grossense, a Marcha para o Oeste descortinou-se como uma situação ideal para convencer o Brasil de que o estado não era sinônimo de atraso ou um mero sertão povoado de “silvícolas”. Desde o bicentenário de Cuiabá, medidas foram tomadas para que MT não fosse sinônimo de “atraso”. A busca de uma identidade que remetesse ao progresso era uma constante.

Nesse contexto, os intelectuais de Mato Grosso obtiveram apoio material e intelectual para construir o imaginário do estado como fronteira do progresso. Afinando coincidências de interesses e atuando como porta-vozes dos anseios das elites locais reconheceram os “excelentes propósitos” do governo e fizeram questão de legitimá-los. (VELLOSO, 1982, p. 93)



Segundo Maurílio Dantielly Calonga, em Mato Grosso, os intelectuais estavam empenhados em alavancar e promover o estado:

As atenções estavam voltadas para a elaboração e consolidação da memória local, na qual se buscava construir uma identidade regional que rompesse definitivamente com a visão ‘atrasada’ e ‘bárbara’ dada a região desde o século XVIII. Combater essas imagens e aspirar ao progresso do Estado, através de seu pertencimento à nação brasileira, constituíam-se como as principais funções da elite intelectual mato-grossense, em especial os intelectuais ligados ao Instituto Histórico de Mato Grosso e ao Centro Mato-Grossense de Letras... Nesse sentido, a integração de Mato Grosso ao Estado Nacional, por meio da Marcha para o Oeste, representava a concretização desses esforços. (CALONGA, 2014, p. 3)

Os jornais eram recheados de reportagens acerca do “eldorado brasileiro”. O intelectual Cassiano Ricardo publicou *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* (1970).

### **A entrega do mapa**

Finalmente, em setembro de 1952, o mapa foi concluído. Apesar de outrora ter existido a possibilidade de o mapa ser impresso na Europa, sua reprodução ocorreu em São Paulo pela gráfica Ipiranga. Nas palavras de Souza Lima Junior:

A carta é um conjunto de nove folhas, medindo cada uma 88 cm X 78 cm, de modo que, colocadas lado a lado e ajustadas corretamente, atingem mais de quatro metros quadrados de informação cartográfica, ajustada a uma escala de 1:1,000,000 em projeção Policônica Americana. Composta à cores na Companhia Litográfica Ipiranga no ano de 1952, sob patrocínio dos Ministério da Guerra e da Agricultura, além do governo de Mato Grosso, teve uma tiragem de 3.000 exemplares em sua primeira e, talvez, única edição. (SOUZA LIMA JUNIOR, 2011, p. 60)

De acordo com Rondon em seu discurso no dia da entrega da carta de Mato Grosso, em setembro de 1952:

Não haveria melhor, nem mais moderno documento para isto, baseamo-nos na carta de Pimenta Bueno para as nossas previsões e com ela em punho íamos penetrando até então virgens das caminhadas dos civilizados, o que nos permitiu o confronto da antiga carta com os dados que diretamente íamos colhendo em nossa

travessia do vasto sertão... Não somente pudemos desta forma retificar inúmeros erros evidenciados nesse confronto, como também gozamos da oportunidade de anotar inúmeros acidentes geográficos que não constavam daquele mapa, magnífico para época que foi organizado (1880).



Fonte: Acervo da Família Jaguaribe.

**FIGURA 5**

**Apresentação do mapa finalizado (setembro de 1952)**



Fonte: Biblioteca Nacional.

**FIGURA 6**

**Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas**

As nove folhas foram livremente montadas, a fim de obtermos uma melhor dimensão do trabalho realizado.

De acordo com Rondon em seu discurso no dia da entrega da carta de Mato Grosso, em setembro de 1952:

Não haveria melhor, nem mais moderno documento para isto, baseamo-nos na carta de Pimenta Bueno para as nossas previsões e com ela em punho íamos penetrando até então virgens das caminhadas dos civilizados, o que nos permitiu o confronto da antiga carta com os dados que diretamente íamos colhendo em nossa travessia do vasto sertão... Não somente pudemos desta forma retificar inúmeros erros evidenciados nesse confronto, como também gozamos da oportunidade de anotar inúmeros acidentes geográficos que não constavam daquele mapa, magnífico para época que foi organizado (1880).

Embora a carta tenha sido custosa e demorada para ser produzida, ainda constavam vazios cartográficos preenchidos com o termo: inexplorado. A feição topográfica mais privilegiado na Carta de Mato Grosso é a presença de “novos” rios e a correção de outros já conhecidos, com suas respectivas nascentes, desembocaduras, afluentes e percursos. Podemos inferir que a questão hidrográfica há muito mobilizara a Comissão Rondon, um exemplo disso é a Expedição Roosevelt, ou ainda, inúmeros relatórios sobre levantamentos de rios<sup>7</sup>. Além disso, o interesse de Jaguaribe sobre o tema era notório: tanto em seu trabalho apresentado no III Congresso Internacional de História das Ciências quanto em seu Plano de Viação Fluvial, publicado em marco de 1949 na Revista do Clube de Engenharia, mas não efetivado.

Outro ponto bastante relevante são as marcações de terras indígenas e postos do Serviço de Proteção ao Índio. Fato que não nos causa surpresa quando pensamos nos últimos anos do SCCMT sob a tutela do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, presidido por Rondon.

Além disso, é importante mencionar que a carta também não ignorou os voos aéreos de reconhecimento do território levantados pela Fundação Brasil Central. Tais rotas estão sinalizadas no mapa. Assinala Souza Lima:

a carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas é um discurso que insere o estado ‘sertanejo’ em uma comunidade nacional e integrada, e, dessa forma, estabelece as fronteiras que delimitam o sentido normativo que se quer para tal peça cartográfica. (SOUZA LIMA JUNIOR, 2011, p. 14)

## **A Carta de Mato Grosso e o Parque Indígena do Xingu**

Em 1952, Rondon apresentou ao então presidente Getúlio Vargas, o primeiro mapa com a área que deveria ser reservada ao Parque Indígena do Xingu. Tal documento foi produzido a partir de dados extraídos da Carta de Mato Grosso e também contou com a direção do cartógrafo Francisco Jaguaribe de Mattos.

A discussão do Parque Indígena foi lançada na década de 1940, após o contato dos irmãos Villas-Boas, integrantes da Fundação Brasil Central, com indígenas que ainda não haviam tido contato com o homem branco. A ideia fundadora que animava a criação do parque era a preservação da cultura indígena por meio da delimitação de território situado no norte do Mato Grosso e partes do sul do Pará.

A conclusão da Carta contribuiu para a delimitação do Parque. Rondon, enquanto presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, acolheu as ideias dos irmãos Villas-Boas. Jaguaribe que comandava a elaboração da Carta também facilitou a demarcação do território disponibilizando seus conhecimentos e efetivamente mapeando pela primeira vez a área destinada ao Parque Indígena do Xingu. Portanto, o mapa que durante o longo período do Estado Novo serviu como chamariz para a Marcha para o Oeste e os projetos de colonização agrícolas decorrentes disso, este mesmo mapa passa a ser, nos inícios dos anos 1950, uma fonte possível de demarcação de terras indígenas a serem preservadas. Suas contribuições precisam ser apontadas, tendo em vista que pouco se relaciona o Parque Indígena do Xingu com os mapeamentos realizados pela Comissão Rondon.

No contexto da Marcha para o Oeste, Rondon contribuiu grandemente para a criação de uma mitologia da natureza indígena generosa. Em discurso veiculado pelo DIP em setembro de 1940 exalta: “Eles nos deram a base do novo caráter nacional... resistência, bravura, generosidade e honestidade trazidos pelo índio à formação do nosso povo, eis o que consideramos precioso, tanto no passado como ainda no presente”. (Apud. GARFIELD, 2000, p. 17). Ainda neste veio, tal como assinalado por Garfield em seu ensaio sobre os indígenas durante o Estado Novo, Rondon declara em artigo impresso no jornal, *A noite*, que: “ no conjunto de preciosidades com que nos deparamos nessa nova Marcha para o Oeste, todas elas relevantes para a grandeza do Brasil, nenhuma ultrapassa o índio.” (Apud. GARFIELD, 2000, p. 17)

Como aponta Cavalcanti-Schiel, na vasta trajetória de Rondon com os indígenas brasileiros cabe matizar sua política protecionista na medida em que ela revelou ambiguidades e oscilações entre “a tutela cerceadora e a promoção da autonomia relativa”. (CAVALCANTI-SCHIEL, 2009, p. 153).

No Estado Novo que visava enfraquecer o poderio das oligarquias regionais, a política de ocupação nacional anteriormente encampada por Rondon se coadunava com as prerrogativas do estado getulista. O fortalecimento do estado e a construção de uma nacionalidade brasileira, ambos imperativos centrais do Estado Novo, conviviam com a invenção e a celebração de um índio genérico. Embora a referência a um índio genérico aflorasse em vários discursos de Rondon e de sua equipe, principalmente nas referências positivas que Rondon traça sobre o caráter dos indígenas, a percepção das especificidades dos indígenas também foi captada por meio de uma variedade de estudos etnográficos, relatórios e imagens. Assinala Seth Garfield que durante o Estado Novo a exaltação do indígena como guardião do território e elemento decisivo na criação do caráter nacional era parte da construção simbólica deste índio genérico romantizado. No entanto, aponta Garfield, os variados grupos indígenas do Oeste e do Norte do Brasil demonstraram táticas muito diversas de enfrentamento, alianças ou cooptação cultural. (GARFIELD, 2000 p. 25). Os Karajás, cujos territórios foram detalhados por Jaguaribe na confecção da Carta de Mato Grosso colaboraram com os agentes do SPI porque estavam sendo acudados pelos Xavantes. (GARFIELD, 2000, p. 28)

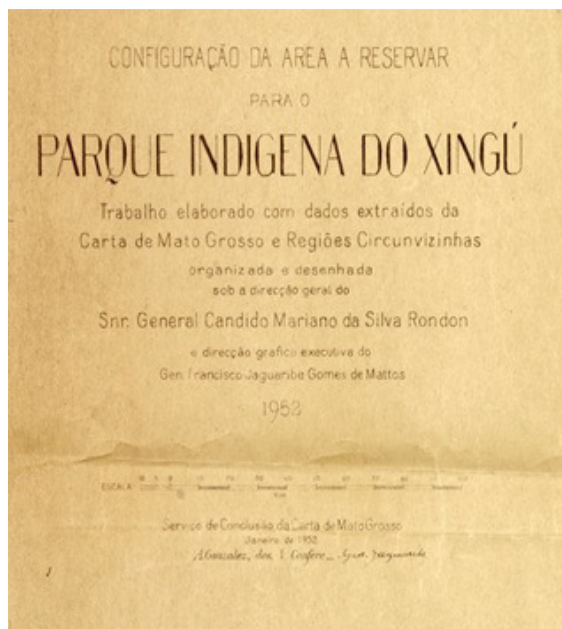
Enfatiza Cavalcanti-Schiel que a política de Rondon nos anos 1950 contempla uma “mudança de escala”. Se os esforços da Comissão Rondon eram orquestrados em torno da construção nuclear de postos indígenas, nos anos 1950, um Rondon já idoso vislumbra a criação de um Parque indígena. Esta política de preservação territorial dos diferentes grupos indígenas será plenamente endossada e expandida pelos irmãos Villas Boas e por Darcy Ribeiro que foram os agentes cruciais na edificação do Parque Indígena do Xingu. Comenta Cavalcanti-Schiel:

Se o modelo anterior era semelhante ao das reservas norte-americanas, no qual os índios eram concentrados em torno de um posto indígena, para que o restante dos seus territórios ancestrais fosse liberado para a colonização agrária (o que poderíamos chamar de ‘modelo mato-grossense’), a partir do Parque Indígena do Xingu os territórios ancestrais de ocupação passaram a ser a base de reconhecimento de um habitat social, e daí preservados como territórios culturais, e não, tão simplesmente, como propriedade

produtiva (justificada pela mera subsistência material).  
(CAVALCANTI-SCHIEL, 2009, p. 155)

Darcy Ribeiro que se considerava herdeiro de Rondon, enfatizou essa derradeira visão preservacionista que preconizava os direitos dos indígenas do Brasil à terra e aos seus costumes. Endossando uma antropologia universalista de cunho humanitário, Darcy delimitou a importância da diversidade cultural como um patrimônio da humanidade. Entretanto, embutida na ação preservacionista havia a crença na fragilidade da identidade indígena. A delimitação do Parque Indígena do Xingu atuou como este esforço de fabricar um nicho de preservação.

O mapa do Mato Grosso pontuou a trajetória da Comissão Rondon no seu detalhamento dos povoados que surgiram ao redor dos postos telegráficos. Mas o mapa também, no seu percurso final, possibilitou a delimitação do Parque atestando a uma posta em prática de outra lógica territorial baseada no direito cultural e territorial de nações indígenas.



Fonte: Museu do Índio

### FIGURAS 6 e 7

### Área demarcada para Parque Indígena do Xingu

## Conclusão

Como objeto material a Carta de Mato Grosso de 1952 é uma relíquia. É um precioso objeto precíval que jaz dormente em arquivos públicos. Já na sua trajetória simbólica, a Carta de Mato Grosso delinea não somente uma vasta região como também sugere um mapa de aspirações.

No contexto da República Velha, o mapa assumiu uma feição aglutinante já que as cicatrizes da história escravocrata colonial, a diversidade regional e o desconhecimento territorial do país tornavam difícil a tarefa imaginativa da construção nacional em viés auspicioso. A vastidão do Mato Grosso a ser mapeado para compor o mapa final do “impávido colosso” dava alento à projeção de um futuro grandioso. Ao ser tão estreitamente vinculado às expedições da Comissão Rondon, o mapa transmitia em símbolos cartográficos a saga da exploração. Abalizadas pela retórica de verossimilhança e pela natureza indexal do processo fotoquímico analógico, as imagens fotográficas e cinematográficas da Comissão Rondon eram apresentadas pelo Escritório Central como a prova empírica da presença dos expedicionários nos territórios do oeste. Os relatórios e as narrativas das expedições, por sua vez, acumulavam palavras legitimadas pela vivência testemunhal. Mas no caso da cartografia, a convenção da linguagem e a abstração do mapa funcionavam nem tanto como registro de presença humana, mas como comprovação científica da realidade territorial. Portanto se a presença humana na feitura do mapa não é legível numa primeira instância, ela se torna, todavia mais poderosa por sua ausência já que o mapa remete a um olhar que paira acima das pegadas errantes dos expedicionários. Mas, ao mesmo tempo, o mapa foi desenhado por meio destas pegadas, medições e registros feitos em loco.

De 1924 até o início de 1931, o mapa foi sendo gestado durante a estada de Jaguaribe em Paris. A motivação de sua feitura continuava sendo pautada pelos ideários positivistas e republicanos da Comissão Rondon, mas o contexto em que ele estava sendo compilado já se modificara. No Brasil houve a revolta dos tenentes em 5 de julho de 1922 que posteriormente se desdobraria na revolta paulista de 1924 e na revolta de Manaus no mesmo ano. Em abril de 1925 enquanto Jaguaribe burilava nas dependências do *Sévice Géographique de L'armée*, a carta de Mato Grosso e buscava nas bibliotecas francesas o rastro dos antigos mapas da região, Candido Rondon combatia os rebeldes da Coluna Prestes. De 1925 a 1927, a

Coluna Prestes se apossou de pedaços diversos do território nacional buscando redesenhar o mapa do poder na República Velha. Em seu retiro Parisiense, Jaguaribe seguia fiel aos preceitos da República Velha mantendo-se alheio às inovações dos modernistas brasileiros e das vanguardas internacionais e contrário aos rebeldes do tenentismo. A feitura do mapa dialogava com as circunstâncias do seu tempo e com o conhecimento cartográfico francês em voga, mas os saberes cartográficos franceses também estavam a serviço do imperialismo colonial enquanto no Brasil, a fabricação do mapa presumia uma nova incursão em territórios indígenas que deixariam lastro e marca na vida destas populações.

Em 1939 quando a conclusão do mapa é retomada, o mapa já não simbolizava as aspirações da República Velha. No Estado Novo, o mapa de Mato Grosso remetia à ação do estado varguista sobre os recônditos do Brasil. Entrevisto na ótica da Marcha para o Oeste que toma impulso em 1940, o mapa de Mato Grosso traça a epopeia da fronteira em expansão. Retoma o ideário do bandeirante heroico e desbravador dos vazios e sublinha a épica da conquista dos sertões do Brasil. Com o final da Segunda Guerra Mundial, Vargas tomba em 1945 e o governo conservador de Dutra assume a liderança do Brasil. O mapa segue seu curso lentíssimo ainda encapsulado pelo mesmo ideário da Marcha para o Oeste. Mas o mundo dos anos 1950 é redesenhado pela Guerra Fria. E o contexto da Guerra Fria será também relevante para a ascensão e derrocada de Vargas nos anos 1950. No mapeamento do Brasil, a Carta de Mato Grosso terá uma função crucial no delineamento das marcações das terras indígenas do Parque Nacional do Xingu que se realiza em 1961.

Em 1952, o governo do Mato Grosso disponibilizava uma grande quantidade de terras para colonização desalojando as populações indígenas de suas terras tradicionais. O Mapa torna-se um instrumento ambíguo. Ele tanto possibilita a expansão de colonos quanto ele ergue as fronteiras finais do protecionismo ambiental e indígena. Mas este esforço derradeiro encampado pelos irmãos Villa-Boas e apoiado por Darcy Ribeiro e também por Rondon somente é logrado na beira da exaustão quando vastos recursos já haviam sido loteados.

Vargas retorna ao poder em 1951 por voto popular e democrático. O mapa é finalmente completado e inaugurado em 1952. Na sua apresentação formal aos representantes do estado, o Marechal Rondon é um ancião que mantém a postura rija embora precisasse do apoio de uma bengala. Na sua explanação, o General Jaguaribe embora velho manteve sua verve vital e o entusiasmo tão visível nas



imagens fotográficas do evento. A feitura do mapa atravessa décadas de vida republicana e consome décadas da vivência individual destes dois homens unidos por um projeto em comum.

Na sua longa trajetória, a Carta do Mato Grosso foi celebrada, reiniciada, consagrada e parcialmente esquecida. A Carta do Mato Grosso de 1952 é um dos documentos mais perduráveis da Comissão Rondon. Com a terrível queima do Museu Nacional em 2 de setembro de 2018 que obliterou, entre milhares de objetos, também as espécies, os artefatos indígenas e os exemplos de flora e fauna coletadas pela Comissão Rondon, o Mapa permaneceu a salvo nos acervos do Museu do Índio e da Biblioteca do Exército. Ele perdura assim como as fotografias, os relatórios e os filmes da Comissão. Como empreendimento, ele foi o produto mais exitoso da Comissão já que foi utilizado longamente após sua data inaugural. Como mapa da memória, a Carta do Mato Grosso nos revela os palimpsestos invisíveis de projetos nacionais onde ainda se acreditava que o Brasil seria o país do futuro.

## NOTAS

1. Embora nas fontes da época encontremos com frequência a palavra *carta*, neste ensaio optamos por utilizar as palavras carta e mapa como sinônimas. No entanto, temos consciência de que, para a Cartografia atual, possuem significados diferentes. Uma vez que carta é relativa ao estudo mais minucioso do espaço e o mapa aborda aspectos mais gerais.
2. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi criado pelo decreto legislativo n. 1.606, de 29/12/1906, a partir do desmembramento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, recebendo, também atribuições ligadas à catequese dos índios antes pertencentes ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Contudo, apenas em 1909, o Ministério foi instalado como indica o decreto n. 7.501, de 12 de agosto, que também informou sobre os órgãos públicos passaram para a jurisdição administrativa do novo Ministério, a saber: Junta Comercial, Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, Repartição de Estatística, Jardim Botânico, Escolas de Minas, Museu Nacional, Hospedaria da Ilha das Flores, Fábrica de Ferro de Ipanema, Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, Diretoria-Geral do Povoamento do Solo, Serviço Geológico e Mineralógico, Posto Zootécnico Central e a Diretoria-Geral da Indústria do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que passou a constituir a Diretoria do Expediente da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio. Embora a legislação refira-se apenas a uma mudança de nome, consideramos que Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi extinto a partir da divisão de suas atribuições pelos Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 26 de novembro de 1930, e Ministério da Agricultura, instituído em 3 de dezembro do mesmo ano. Disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/ministerio-da-agricultura-industria-e-comercio-brasil-1909-1930>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

3. A experiência da expedição foi descrita por Theodore Roosevelt em seu livro *Nas Selvas do Brasil* publicado nos Estados Unidos em 1914.
4. O mapa do Rio Roosevelt está sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército.
5. Os integrantes da Missão eram também astrônomos, geodestas, topógrafos e peritos em fotografia técnica e na reprodução de cartas.
6. Rondon. Candido Mariano da Silva. Ata da 6ª sessão. CNPI 06/08/1953
7. Relatório de Exploração do Rio Ikê por Júlio Caetano Horta Barbosa, 1916. Cf. NORONHA, 1920; CAIADO, 1945.

## REFERÊNCIAS

### Arquivos Brasileiros

- Arquivo Histórico do Exército
- Arquivo do Museu do Índio

### Arquivos Franceses

- Service Historique de la Défense, Château Vincennes.
- Bibliotheque Nacional de France, Miterrand.

### Periódicos

- Brasil-Journal*, Vendredi, 18 juin 1926.  
*Le Gaulois*, Lundi, 7 novembre, 1927 & Samedi, 26 janvier 1929.  
*Les Ailes*, 24 juillet, 1930 & 7 août 1930.  
*O Estado de Mato Grosso*, 10 novembro 1941.  
*Revista do Clube de Engenharia*, n. 151, março 1949.

### Bibliografia

BERNARDINO, Maria Gabriela. Redesenhando a Fronteira Noroeste. *Terra Brasilis*, Nova Série, v. 6, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1656>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BIGIO, Eliás. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: Funai, 2003.

\_\_\_\_\_. *A integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BISPO, A. A. Da História das Ciências como objeto de estudos culturais e dos Science Studies. Revendo o III Congresso da Academia Internacional de História das Ciências em Portugal (1934) e a participação do Brasil: Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira* 130/10 (2011:2). Disponível em: <[http://www.revista.brasil-europa.eu/130/Congresso\\_Historia\\_das\\_Ciencias.html](http://www.revista.brasil-europa.eu/130/Congresso_Historia_das_Ciencias.html)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BOULANGER, Phillipe. Renseignement géographique et culture militaire. *Hérodote*, n. 140, p. 47-63, 2011.

CAIADO, Leolidio. A Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu. Goiânia: Prefeitura Municipal, 1945.

\_\_\_\_\_. *La Carte D'Etat-Major au Service de la Geographie Militaire (debut XIXe siecle-1939)*. Disponível em: <[www.institut-strategie.fr/Strat\\_8283-10htm](http://www.institut-strategie.fr/Strat_8283-10htm)>.

CALONGA, Maurilio Dantielly. A Marcha para o Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade regional. *XII Encontro da Associação Nacional de História. Seção Mato Grosso do Sul*. UFMS/CPAQ- Aquidauana, MS, 2014.

CAVALCANTI-SCHIEL, Ricardo. A política indigenista, para além dos mitos de segurança nacional. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 65, p. 149-164, 2009.

DIACON, Todd A. *Rondon, o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASSIANO, Ricardo. *A marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Varas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la Historia cartografía*. Ciudad de México: FCE, 2005.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001.

LASMAR, Denise Portugal. *Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação*. Rio de Janeiro, 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KURY, Lorelai; FEDI Laurent. Rondon e o Positivismo: a defesa dos fetichistas. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (Org.). *Rondon: inventários do Brasil*. Rio de Janeiro: A. Jakobson Estúdio, 2017.

MACHADO, Othon. *Os Carajás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: Educ, 1998.

MOTTA, Marly. *A nação faz cem anos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

MILLARD, Candice. *O rio da dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NORONHA, Ramiro. *Relatório de Exploração do Rio Ronuro*. 1920

OLIVEIRA, Lucia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PACHECO, João Oliveira. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

RIVET, Paul. La protection des indiens au Brésil. *Journal de la Société des américanistes*, tome 10, n. 2, p. 687-691, 1913.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. *Mana*, v. 21, n. 2, p. 425-457, 2015.

SOUZA LIMA JÚNIOR, Luiz Gustavo de. Em busca do acontecimento: uma leitura da Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1952). *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. 2011

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nisia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-811, jul.-set. 2008.

VELLOSO, Mônica P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Luppi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 71-108.

### **Beatriz Jaguaribe**

é Professora Titular do Departamento de Teoria da Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, Brasil. Pós-Doutora pela Universidad de Buenos Aires, Argentina, e também pela Université de Cergy-Pontoise, na França. Doutora e Mestre em Literatura Comparada pela Stanford University, Estados Unidos. Especialista em Filosofia pelo Collegi di Filosofia, em Barcelona, Espanha. Bacharela em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – nível 2.

**Maria Gabriela Bernardino** é Doutoranda e Mestre em História das Ciências e da Saúde no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro, Brasil. Graduada em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), no Rio de Janeiro.

#### **Como citar:**

JAGUARIBE, Beatriz; BERNARDINO, Maria Gabriela. A conclusão da Carta de Mato Grosso e os ideários do Brasil moderno. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 315-342, jan./jun. 2019. Disponível em: <[pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br)>.